

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DIG 10 19

Petruta eticli Frug Regia

| DAIA | |
|--|-------------|
| PROJETO DE LEI Nº <u>02/10/05</u> | |
| ASSUNTO | |
| Lugar some a aderegaçõe de aspecto de | Coudin Ca |
| adulnistiació mucinal as umos you | a contin |
| de Fuerelho para o qualette impresso " | in other |
| do município de Partilisor" | <u> </u> |
| AUTOR Chica Redungalis | |
| LEINO: 9144 DE 12.02.07 | |
| Dan 49: 13.515 DE 15.02.07 | |
| AROUNO. 081007 | |

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 15 DE FEVEREIRO DE 2007

encaminhar os respectivos autos à Procuradoria Geral do Município, para fins de sua finalização. Art. 5º - Esta resolução, que estará disponível no site da ETUFOR pelo prazo de 30 (trinta) dias, entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

José Ademar Gondim Vasconcelos PRESIDENTE DA ETUFOR

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 700/2006

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS - FORTALEZA, no uso de suas competências legais, atribuídas pela Lei Municipal nº 8.404 de 24 de dezembro de 1999. CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º, do Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995 que regulamenta o FNAS, instituído pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. CONSIDERANDO a necessidade de implantação de serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e sexual. RESOLVE: Alterar o Art. 2º da Resolução 700/2006, ficando com a seguinte redação: Art. 1° -Aprovar a Suplementação Orçamentária do Convênio nº 43/2006, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), recurso proveniente do orçamento do Projeto Mulher Chefe de Familia (24901.0116.1083. 0001) do ano de 2006, do Elemento de Despesa Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica (33.90.39) para incluir a profissional TATIANE RAULINO DE SOUSA exercendo o cargo de Coordenadora Adjunta ao Centro de Referência da Mulher, no período de junho a dezembro de 2006. Art. 2° - Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela entidade Associação Batista Beneficente e Missionária - ABBEM, a partir do aditivo ao Convênio nº 43/2006 do Centro de Referência da Mulher - Francisca Clotilde, no valor de R\$ 271.760,34 (duzentos e setenta e um mil, setecentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos), oferecendo atendimento psicossocial e assistência jurídica as mulheres em situação de violência, bem como articulado a rede de serviços e instituições que vão atender as necessidades das mulheres. Art. 3° - Esta errata da resolução entra em vigor na data da publicação, com sua eficácia homologada pelo gestor do FMAS. Fortaleza, 05 de fevereiro de 2007. Maria Aurileide de Souza Soriano - PRESIDEN-TE DO CMAS - FORTALEZA. Virginia Márcia Assunção Viana - COORDENADORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. HOMOLOGAÇÃO: Ana Maria de Carvalho Fontenele, DATA: 05.02.2007.

PODER LEGISLATIVO

"MATÉRIAS PUBLICADAS POR EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA"

LEI Nº 9143, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2007

Oficializa nome de Rua do Bairro Antonio Bezerra.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU, COM BASE NO ART. 36, INCISO V DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - Fica oficializada a denominação de Rua Capitão Brasil a uma Rua do Bairro Antonio Bezerra. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 12 de fevereiro de 2007. Agostinho Frederico Carmo Gomes - Tin Gomes - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

PL MO DENNE PÁGINA 35

LEI Nº 9144, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2007

Dispõe sobre a utilização de espaços destinados a publicidade, vinculados à administração municipal, às empresas que firmarem contrato de trabalho para o primeiro emprego, na forma que indica.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU. COM BASE NO ART 36, INCI-SO V DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI Art. 1º - As empresas estabelecidas no Município de Fortaleza, que venham a propiciar o contrato de primeiro emprego, com jovens aqui residentes, que nunca tiveram a sua carteira de trabalho assinada, terão prioridade na utilização de espaços destinados à publicidade, vinculados a administração municipal. § 1º - Para os efeitos desta Lei, entende-se como contrato de primeiro emprego aquele celebrado entre empregador e empregado, que nunca tenha sido contratado anteriormente por tempo indeterminado, através de anotação em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e possua idade superior a 18 (dezoito) anos e inferior a 25 (vinte e cinco) anos. § 2º - As admissões acima referidas devem sempre representar um acréscimo no número de empregados já mantidos pela empresa contratante Art. 2º - O incentivo instituído por esta Lei consiste em dar preferência às empresas que se enquadrarem in caput do art. 1º, na utilização de espacos públicos para realização de sua publicidade. Art. 3º - As cotas de contratação, bem como os critérios de utilização dos espaços, serão definidos pelo Poder Executivo Municipal, através do órgão competente. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR. em 12 de fevereiro de 2007. Agostinho Frederico Carmo Gomes - Tin Gomes - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICI-PAL DE FORTALEZA.

LEI COMPLEMENTAR Nº 0036, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2007

Acrescenta o art. 341-A e seus parágrafos a seção II do Capitulo XXIV da Lei nº 5.530/81, que dispõe sobre o Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU, COM BASE NO ART. 36, INCI-SO V DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR: Art. 1º - Fica acrescentado a Seção II do Capitulo XXIV da Lei nº 5.530, de 17 de dezembro de 1981, Código de Obras e Posturas do Municipio de Fortaleza, o art. 341-A e seus parágrafos, com a seguinte redação: "Art. 341-A. As unidades de saúde, públicas ou privadas, que ofereçam atendimento pediátrico, disponibilizarão brinquedotecas nas suas dependências desde que prestem alendimento pediátrico em regime de internação. § 1º - Considerase brinquedoteca o espaço com decoração própria, equipado com brinquedos e jogos educativos, destinado a estimular as crianças a brinçar e divertir-se. § 2º - As brinquedotecas serão constituidas por profissionais especialmente treinados pelo Poder Público Municipal para tal fim." (AC). Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 12 de fevereiro de 2007. Agostinho Frederico Carmo Gomes - Tin Gomes - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FOR-TALEZA.

*** *** ***

DOM N. 13.515





LEIN. 9144

, DE

12 DE fevereuro

DE 2007.

Dispõe sobre a utilização de espaços destinados à publicidade, vinculados à administração municipal, às empresas que firmarem contrato de trabalho para o primeiro emprego, na forma que indica.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU, COM BASE NO ART. 36, INCISO V DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

- Art. 1º As empresas estabelecidas no município de Fortaleza, que venham a propiciar o contrato de primeiro emprego, com jovens aqui residentes, que nunca tiveram a sua carteira de trabalho assinada, terão prioridade na utilização de espaços destinados à publicidade, vinculados à administração municipal.
- § 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se como contrato de primeiro emprego aquele celebrado entre empregador e empregado, que nunca tenha sido contratado anteriormente por tempo indeterminado, através de anotação em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e possua idade superior a 18 (dezoito) anos e inferior a 25 (vinte e cinco) anos.
- § 2º As admissões acima referidas devem sempre representar um acréscimo no número de empregados já mantidos pela empresa contratante.
- Art. 2º O incentivo instituído por esta Lei consiste em dar preferência às empresas que se enquadrarem in caput do art. 1º, na utilização de espaços públicos para realização de sua publicidade.
- Art. 3º As cotas de contratação, bem como os critérios de utilização dos espaços, serão definidos pelo Poder Executivo Municipal, através do órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Barros de Alencar em

de fevereuro

de 2007.

AGOSTINHO FREDERICO CARMO GOMES – TIN GOMES Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

Jel.

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDARÃO FINAL DATA: 2 5 A 1/2005 ...

PROJETO LEI Nº 0290/05

APROVADO EM 1º DISCUSSÃO EM 0 2/AG 22005

APROPODE EM 23 DISCUSSÃO EM 2005

"DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS DESTINADOS A PUBLICIDADE, VINCULADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ÀS EMPRESAS QUE FIRMAREM CONTRATO DE TRABALHO PARA O PRIMEIRO EMPREGO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA."

A CONCESTI DE REDARA O PRIMEIRO EMPREGO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA."

PRESIDENTE

- Art. 1º As empresas estabelecidas no Município de Fortaleza, que venham a propiciar o contrato de primeiro emprego, com jovens aqui residentes, que nunca tiveram a sua carteira de trabalho assinada, terão prioridade na utilização de espaços destinados à publicidade ,vinculados à administração municipal.
- & 1° Para os efeitos desta Lei, contrato de primeiro emprego é aquele celebrado entre empregador e empregado que nunca tenha sido contratado anteriormente por tempo indeterminado através de anotação em sua CTPS, e possua idade superior a 18(dezoito) anos e inferior a 25(vinte e cinco) anos.
- & 2°- As admissões acima referidas devem sempre representar um acréscimo no número de empregados já mantidos pela empresa contratante.
- Art. 2° -O incentivo instituído por esta Lei consiste em dar preferência às empresas que se enquadrarem "in caput" do Artigo 1°, na utilização de espaços públicos para realização de sua publicidade.
- Art. 3º As cotas de contratação, bem como os critérios de utilização dos espaços serão definidos pelo Poder Executivo Municipal, através do Órgão competente.
- Art. 4° Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORATALEZA EM 23 de maio de 2005

Chico Rodrigues

Chico Rodrigues

DESIGNO O V. R. ADOR DONNING

FOR SIGNO O V. R. ADOR DONNING

COMO RELATOR

Presidente

Presidente

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Fone: (85) 3256-8300 – Bairro: Luciano Cavalcante. Caixa Postal 2671 – CEP 60.810-460 – Fortaleza – Ceará



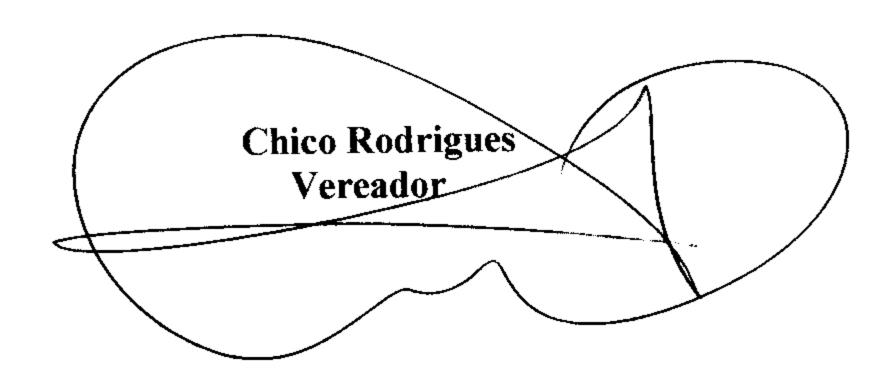
JUSTIFICATIVA

A proposta de dar prioridade na utilização de espaços públicos destinados à publicidade, vinculados ao poder executivo municipal, para as empresas que admitirem em seu quadro de empregados, jovens que nunca tenham sido anteriormente contratados, leva em conta a realidade do mercado de trabalho na região de Fortaleza, alarmante em todos os sentidos. Principalmente no que tange a juventude.

A falta de perspectiva de realização profissional só faz crescer o ânimo à atividade ilícita, à apatia e desagregação familiar.

Essa iniciativa representa um esforço nosso para concretamente apresentar alternativas à uma política de manutenção e geração de empregos.

Por ser uma proposta viável para criação de novos empregos, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei





Câmara Municipal de Fortaleza

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

| | | 10 | abla |
|-------------|---|----|---------|
| Parecer nº_ | U | 10 | <u></u> |

Ao Projeto de Lei nº 0290/05

A ORDEM DO DIA 0 2/AGD 2005

O Nobre Vereador Chico Rodrigues propõe que as Empresas que firmarem contrato de trabalho para o primeiro emprego, possam ter prioridade de espaços públicos para destinação de publicidade, tudo, efetivamente, em obediência a legislação vigente.

Ressalta que o aproveitamento desta prioridade visa, essencialmente, alternativas para geração de empregos, os quais devem amparar em especial os jovens.

Diante desta realidade, entendemos que a permissibilidade do Poder Público no sentido de gerar empregos, não é um privilégio, mas sim, uma porta aberta que possa minimizar este quadro que se apresenta como um dos mais perverso dentro de nossa situação nacional.

Ante o exposto e considerando tudo o mais que possa ser aduzido ao presente Projeto de Lei, manifesto-me por sua aprovação.

Este é o nosso parecer, S.M.J.

Salas das Comissões Técnicas da Câmara Municipal de Fortaleza, aos. 27 dias do mês de 2005.

Relator – Idalmir Feitosa

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 0290/2005.

A ORDEM DO DIA 16, ASA ZOUDIA

APROVADO EM: 1 6/AGO 2005 PRESIDENTE Dispõe sobre a utilização de espaços destinados à publicidade, vinculados à administração municipal, às empresas que firmarem contrato de trabalho para o primeiro emprego, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

- Art. 1º As empresas estabelecidas no município de Fortaleza, que venham a propiciar o contrato de primeiro emprego, com jovens aqui residentes, que nunca tiveram a sua carteira de trabalho assinada, terão prioridade na utilização de espaços destinados à publicidade, vinculados à administração municipal.
- § 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se como contrato de primeiro emprego aquele celebrado entre empregador e empregado, que nunca tenha sido contratado anteriormente por tempo indeterminado, através de anotação em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e possua idade superior a 18 (dezoito) anos e inferior a 25 (vinte e cinco) anos.
- § 2º As admissões acima referidas devem sempre representar um acréscimo no número de empregados já mantidos pela empresa contratante.
- Art. 2º O incentivo instituído por esta Lei consiste em dar preferência às empresas que se enquadrarem in caput do art. 1º, na utilização de espaços públicos para realização de sua publicidade.
- Art. 3º As cotas de contratação, bem como os critérios de utilização dos espaços, serão definidos pelo Poder Executivo Municipal, através do órgão competente.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

| SALA DAS FORTALEZA | COMISSÕES , EM OS DE | PERMANENTES | DA CÂMARA DE 2005. | MUNICIPAL | DE |
|-----------------------|---|-------------|--|-----------|----|
| <i>i</i>)- | \'\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ | | ······································ | | |
| alun | | | | | |
| | | A THE | <u>.</u> | | |
| | | A COUNTY | President | е | |
| | | Melle C | | | |



OFÍCIO N. **0142** /2005 - COGEL Fortaleza, 23 de agosto de 2005.

Senhora Prefeita,

Por oportuno comparecemos perante V.Exa., com o objetivo específico de informar e ao final requerer.

O **Projeto de Lei n. 0290/05**, que: "Dispõe sobre a utilização de espaços destinados à publicidade, vinculados à administração municipal, às empresas que firmarem contrato de trabalho para o primeiro emprego, na forma que indica", de autoria do **Vereador Chico Rodrigues**, tramítou regularmente nesta Casa Legislativa e ao final foi aprovado pelo pleno desta edilidade.

Assim, como aduz a Lei Orgânica do Município, enviamos, em anexo, o Autógrafo de Lei para COMPETENTE SANÇÃO, NUMERAÇÃO E PUBLICAÇÃO.

Atenciosamente,

AGOSTINHO FREDERICO CARMO GOMES

Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

EXMA. SRA. **LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS**PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA

NESTA

OFÍCIO N. **0016** /2007 — COGEL Fortaleza, 06 de fevereiro de 2007.

Senhora Prefeita,



Por oportuno comparecemos perante V.Exa., com o objetivo específico de informar e ao final requerer.

O **Projeto de Lei n. 0290/05**, que: "Dispõe sobre a utilização de espaços destinados à publicidade, vinculados à administração municipal, às empresas que firmarem contrato de trabalho para o primeiro emprego, na forma que indica", de autoria do **Vereador Chico Rodrigues**, tramitou regularmente nesta Casa Legislativa e ao final foi aprovado pelo pleno desta edilidade, porém quando enviado à V.Exa., o mesmo foi transmitido através do ofício n. 0142/05 – COGEL, em data de 24 de agosto de 2005, que projetando-se o prazo a que se refere o § 1º do art. 53 de nossa Lei Orgânica, a data máxima para sanção seria o dia 15 de setembro de 2005, o que não foi feito, caso em que aplico, para os devidos fins, o disposto no inciso V do art. 36 da mesma carta.

Assim, como aduz a Lei Orgânica do Município, enviamos, em anexo, o Autógrafo de Lei devidamente **PROMULGADO** para **COMPETENTE NUMERAÇÃO E PUBLICAÇÃO**.

Atenciosamente,

AGOSTINHO FREDERICO CARMO GOMES — TIN GOMES Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

EXMA. SRA. **LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS**PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA

NESTA